

# A cidade é um poder eletrônico

VAMIREH CHACON

Brasília é o maior sinal do novo Brasil. Seria inconcebível o Brasil atual com a capital no Rio de Janeiro, não só por conta do tráfego atravancado, quanto pela visão litôrica que o antigo centro representava. De Brasília a sua elite dominante pode ver melhor o país, experimentá-lo como num laboratório, enfim, melhor controlá-lo.

O poder brasileiro modernizou-se em Brasília, através de Brasília.

De início, o ascetismo imaginou-se um desperdício faraônico. A reabilitação de Juscelino Kubitschek, a ser entronizado oficialmente no seu centro geográfico, simboliza a alteração dos rumos em relação ao novo Distrito Federal.

Seria impossível governá-lo do outro lugar.

O isolamento brasileiro favorece a ação e a reação frias, enquanto o resto do país estiver em ebulição. A partir de 1968, quando a capital se completa, as crises passaram a ser domadas à distância. As salas de operação ficam longe dos campos de batalha: a situação ideal para os estrategistas do poder político.

Alega-se que a distância torna o governo menos pressionável, mas qual governo, por mais democrático, deseja ser pressionado?

Pressão aceita-se, quando não se tem outro jeito. Ou evita-se, sempre que possível.

Além do mais, o Brasil pode tão bem vir a Brasília, por intermédio dos seus grupos de pressão, quanto Brasília pode ir ao país; na era dos aviões a jato e das telecomunicações: As massas, estas não se transportam senão por revoluções, que tudo avassalam.

O poder, ao vir para o novo Distrito Federal, modernizou-se, embora sem intrinsecamente. Prossegue nas mãos do estamento, outra burocrática e em aliança com os senhores de terras, hoje tecnocrático, eletronicamente, em aliança com a nova classe industrial e a novíssima da diversificação agrícola.

O poder continua pouco democrático, mas isto nada tem a ver com Brasília, e remonta a quatrocentos anos de formação: um Estado é fechado quando sua sociedade também o é. Só a elevação do nível educacional, inclusive da doutrinação política, irá abrindo este e outros países. A abertura tem de ser da própria sociedade, por mais que o Estado dê o exemplo, pelo menos nos últimos tempos. Isto está ocorrendo com Brasília, embora não seja por causa dela, nem muito menos contra. O Brasil exige e a capital acompanha, apesar de ainda lhe caber a liderança do processo.

A elite dominante modernizou-se mais que mudou, repita-se.

As telecomunicações, a computorização e o transporte aéreo deflagram a transformação. O Brasil começa a tornar-se um Estado moderno, antes de ser rna.

Qual o motivo de surpresa? Sempre foi assim.

O Brasil começou como um Estado e só aos poucos se converte em nação pela integração das diversas e

mesmo disparez camadas da sua população.

O tecnoburocrata, não é político por definição. Lida com fatos concretos e não com propostas. E os fatos chegam ao seu birô na forma de dados estatísticos. A reação das circunstâncias é que prova estarem certas ou erradas as suas providências.

Cada qual desempenha o seu papel. Não se pode exigir do tecnoburocrata outra atitude. Ele não reivindica, examina. Suas próprias decisões, mesmo a partir de Brasília, acabam defrontando-se com realidades além dos números que lhe foram fornecidos.

Mas, sem eles, ninguém pode operar mais hoje em dia.

Se muitas decisões terminam equivocadas, a culpa também recai em quem forneceu as informações quantitativas. E, o pior, às vezes até as qualitativas. Mas que tem Brasília a ver com isto? Hoje é menor o tempo de viagem entre uma cidade e outra, que entre alguns bairros na hora do "rush", das megalópoles. Inclusive na antiga capital. Ficou mais fácil vir a Brasília, reclamar, que perder-se numa multidão, invisível no seu anonimato perante uma elite em qualquer parte. Não adianta, pois, responsabilizar Brasília pelos males do Brasil.

Ela tem muito mais a ver com o seu bem.

Do mesmo modo não compensa atacar o computador. Ele sempre é programado por gente. A técnica, por definição, não comporta valorização. Apresenta-se neutra.

Os ministérios, as autarquias, as empresas mistas, todos passaram a organizar-se racionalmente a partir da vinda para Brasília. O DASP e a Fundação Getúlio Vargas, por mais meritórios, ficavam se debatendo no oceano rancoso da própria velharia humana, irreciclável.

A transferência da capital aliviou o lastro.

Rejuvenesceram os quadros administrativos, mais que os políticos. Surgiu e implantou-se mais de uma geração, já que estamos presenciando o advento da segunda, na periodização de quinze anos identificada por Ortega y Gasset. Princípios a emergir a geração dos neotecnocratas, menos politizados que a anterior, o que talvez não seja bom para o país, embora, de novo, Brasília não seja responsável por isto. Apenas oferece o palco para ela desempenhar o seu papel histórico. A responsabilidade recai em muitos mais ombros, pelo país afora.

Uma das maiores revoluções atuais é o das telecomunicações. Ela vem atingindo em cheio o Brasil, um dos seus líderes em escala mundial. Pela primeira vez, o Brasil integra-se. Passa a vir o estímulo, completo ou incompleto, e podem começar respostas em grande escala, certas ou erradas. O pior foi deixado para trás, quando reinava o descontrolo. De agora em diante podemos sincronizarmos-nos. Um exercício penoso e longo, que exigiu muito tempo de nações anteriores à nossa.

As telecomunicações articulam-se com a computorização, neste ad-

mirável mundo novo, que talvez seja melhor que a fantasmagoria de Aldous Huxley. Sem cair no totalitarismo de George Orwell...

Brasília não tem condições de impor nada. No máximo consegue controlar, porque de algum lugar alguém tem de dar uma ordem.

O transporte aéreo em massa aumenta, ainda mais o quadro.

Nada substitui o contato pessoal, por mais exatos que sejam ou venham a ser as telecomunicações.

O avião a jato chegou em Brasília, e em muitos pontos do Brasil, antes do automóvel ou, pior, antes do trem. Só agora, até que enfim, pode-se ir, por transporte ferroviário, do Distrito Federal a Campinas.

Mas isto não diminuirá a importância do avião. Talvez atinja mais o automóvel.

O avião, este permanecerá imbatível nas distâncias continentais brasileiras, numa época em que se exigirá, cada vez mais, urgência no contato pessoal e nas decisões finais.

Brasília situa-se num lugar geográfico e mesmo geopolítico ideal. Consolidou e acelerou a interiorização do desenvolvimento brasileiro. Mato Grosso do Sul e Rondônia, os mais recentes "booms" brasileiros, são seus subprodutos. O avião a tudo precedeu, nos seus saltos formidáveis. O caminho apareceu depois, densificando as linhas do mapa, a ser completado pela rede ferroviária.

Brasília foi o porta-aviões, donde partiram as esquadrilhas desbravadoras. Sua influência passou a atingir o Paraguai e o leste da Bolívia. Chega assim a haver um sentido geopolítico brasileiro, interno e externo ao país do qual capital.

Do alto dessa torre de comando, o poder eletronicado observa a paisagem, ouve e fala.

Mas existem perigos dentro das suas próprias muralhas. Se o seu crescimento demográfico explosivo não for contido e desviado para um grande cinturão industrial além da periferia, na chamada região geoeconômica, a própria cidade pode acabar se convertendo num problema. Este o seu maior problema. E mais urgente. Cuidar-se, para melhor cuidar dos outros.

E tudo na vida tem a sua contrapartida: esta fraqueza interna dá humildade a Brasília. Afinal de contas, ela tem os mesmos problemas do Brasil. Vai deixando de ser uma cidade futurista, passando a sofrer na carne as dores do mundo.

Brasília nunca foi arrogante e talvez nunca chegue lá. Teve, isto sim, tantas ilusões, que chegou a ser chamada de capital da esperança.

Mas, diz sabiamente o povo, a esperança é a última que morre. Brasília ainda dispõe de muitas, em si e no Brasil.

A nova capital hoje transforma o Brasil, mais do que por ele se vê transformada, situação característica desse Estado formador histórico, mas virá o dia em que o quadro se inverterá, e a sociedade brasileira, reorganizada modernamente, em termos de eficiência, tornará Brasília a capital da nação brasileira.

## Nordeste: as soluções permanentes

MARCO MACIEL

Voltam-se os olhos e as atenções da nação brasileira mais uma vez para o Nordeste. Desta vez uma diferença, um fato novo e positivo: não se está mais apenas oferecendo ajuda momentânea, auxílio passageiro para minorar as verdadeiras calamidades que periodicamente afligem esta Região.

A nação brasileira parece ter finalmente entendido que, em mais de 55% do vasto território do Nordeste, a seca é fenômeno quase permanente a exigir, por isso mesmo, tratamento prioritário, preocupação constante, ações duradouras, soluções definitivas. Ou isso ou, como temos constantemente alertado, comprometer o próprio equilíbrio social, a própria estabilidade político-institucional do País, ambos imprescindíveis à construção de um processo sólido e harmônico de desenvolvimento.

Esse posicionamento político-administrativo, que já vinha ficando claro em todos os pronunciamentos e atitudes do Presidente Figueiredo, cristalizou-se agora nas medidas recentemente adotadas por Sua Excelência em relação ao Nordeste.

Nesta oportunidade, o que mais nos deixa confiantes, nordestinos e brasileiros, é que essas não foram medidas isoladas, fruto da emoção naturalmente causada por um verdadeiro acúmulo de calamidades - seca e, em seguida, enchentes - em tão curto espaço de tempo. Isso nos leva à certeza de que são decisões sólidas e cuidadosamente construídas, sementes que foram num perfeito entendimento sobre a questão regional e maturadas em dois anos de efetiva vivência do problema e muita luta.

Em agosto de 1978, por exemplo, ouvimos do então candidato à presidência, João Figueiredo, palavras que explicitavam a consciência do angustiante problema das disparidades regionais. Ali já ficava lapidamente formulado o problema do Nordeste, não como uma mônada, fechada em si mesma com o seu destino, mas como um problema nacional que interessava sobretudo ao País como um todo.

"Os beneficiários do desenvolvimento do Nordeste não são apenas os nordestinos, mas, os brasileiros", dizia então. "O que o Nordeste quer aquilo a que tem direito - é sua justa parcela no progresso do Brasil; não quer mais, nem aceita menos"; afirmava também, cristalizando, em expressão particularmente feliz, o grande clamor, a grande reivindicação nordestina ao longo da história.

Confiamos, então, e estávamos certos em fazê-lo que a partir dali o Nordeste passaria a ser não mais uma prioridade retórica, mas efetiva e, diríamos mesmo, orçamentária. Sabíamos que o que entravava o desenvolvimento da Região não era o desconhecimento das medidas a adotar ou a inexistência de planos, programas ou projetos, mas a falta de uma vontade política para implementá-los em caráter de urgência.

A vontade política estava ali e parecia sólida - como depois ficou provado. Só nos restava então esperar, sabendo que romper com anos de erros acumulados no tratamento da questão regional, era tarefa que demandava tempo.

Não esperamos, porém, de braços cruzados, na clássica e estereotipada posição do nordestino. Pelo menos não em Pernambuco. Estamos e estamos convencidos - e es-

sa foi uma postura muito clara de governo - que o nosso papel de nordestinos é o de gerar soluções e começar a implantá-las, cozendo-nos com nossas próprias linhas, forçando a mudança através do exemplo e da experiência bem sucedida. Tinhamos que começar com nossas próprias mãos e mostrar viabilidade.

Concentramos recursos próprios na construção de toda uma infraestrutura capaz de dar impulso à base econômica do Estado. Viabilizamos o Complexo Industrial e Portuário de Suape; demos início à perenização de nossos principais rios secos através do Projeto Asa Branca; partimos para construir estradas vicinais na zona canavieira para estimular dois dos principais produtos da nossa economia - açúcar e o álcool -, criamos condições à implantação de um sólido parque industrial no ramo da sucro-álcool-química; tudo começado a partir de nós mesmos, com nossos próprios recursos.

Mantivemos a postura reivindicatória, é certo. Mas, ao mesmo tempo, trabalhamos adotando soluções locais para os nossos problemas particulares. Aprendemos com nossos próprios exemplos. Creio que podemos também ensinar com eles.

Hoje, o tratamento ao Nordeste toma novo rumo, o rumo adequado, aquele que sempre postulamos. É tempo de Nordeste, tudo indica. Mas é sobretudo tempo de trabalho duro para nossas lideranças, a quem caberá o importante papel de vigilância para que não arrefeça o ímpeto dessas propostas iniciais; para que essa vontade política não se perca nos meandros da ação técnico-executiva. E nós, nordestinos; sabemos quanta pertinência se exige ao trilhar esses caminhos.